

LUIS SEPÚLVEDA E CARLO PETRINI

UMA IDEIA
DE FELICIDADE

Tradução de Regina Valente

Uma ideia de felicidade.

Conversa entre Carlo Petrini e Luis Sepúlveda

CARLO PETRINI: Luis, o teu último livro, *História de um caracol que descobriu a importância da lentidão*, emocionou-me muito, porque fala de um conceito fundamental para a Slow Food e também do seu animal-símbolo. Contaste que o livro nasceu de uma pergunta de um dos teus netos...

LUIS SEPÚLVEDA: As crianças exigem respostas de tipo poético. A pergunta era sobre a lentidão. Eu pedi-lhe: «Dá-me algum tempo para responder à tua pergunta». Assim nasceu a história do caracol. E descobri, ao fazer algumas pesquisas sobre o tema, que em diversos contextos étnicos o caracol é um símbolo de equilíbrio – porque possui o que é preciso, e só o que é preciso. Tem o espaço exato onde habitar, o seu exosqueleto: se tiver de crescer dois milímetros, o seu exosqueleto cresce dois milímetros, não mais.

CP: Gosto da passagem em que ele sobe para a carapaça da tartaruga e diz: «És muito veloz para mim». Tudo é relativo. A lentidão, obviamente, é a nossa palavra de ordem. Quando elaborámos a ideia da Slow Food já existia este elemento

filosófico (aliás, já existia antes de Milan Kundera) – o nosso Manifesto fundador declarava «Contra a vida dinâmica, propugnamos a vida tranquila. Contra aqueles, a maioria, que confundem a eficiência com o frenesim, propomos a vacina de uma adequada porção de prazeres sensuais garantidos, a praticar em lenta e prolongada fruição.» Porque outro dos pilares em que se baseia a Slow Food é o direito ao prazer, que se liga com a lentidão de uma forma indissociável: são necessários um ao outro. Mas, infelizmente, a reivindicação assumida do direito ao prazer sempre foi para nós «cruz e delícia». Cruz porque nos colocou imediatamente na categoria dos privilegiados, daqueles que, graças ao dinheiro, podem comer melhor em relação aos outros. E delícia porque eu acredito que o direito ao prazer é um direito universal de toda a humanidade, não só da parte rica. Eu sou agnóstico: prefiro ter o prazer nesta terra do que no outro mundo.

LS: Seria o ideal, sim. O direito ao prazer poderia ser considerado como a outra face do direito ao trabalho, que é um dos direitos humanos fundamentais e do qual parece que ultimamente toda a gente abdicou, tanto partidos como organizações políticas, de direita e de pseudoesquerda. Toda a gente se empenha em degradar este tema, falando do trabalho como uma espécie de dádiva em vez de um direito, esquecendo que a defesa do trabalho é a defesa da única arma de luta dos trabalhadores. Ora, o sistema que atenta, em nome do interesse dos empresários e dos banqueiros, contra o direito ao trabalho é o mesmo que depois nega aos trabalhadores, àquela parte da humanidade que não é rica, o direito ao prazer, entendido não como luxo, mas como liberdade que garante alegrias simples, nem que seja apenas passear pela cidade onde se vive, contemplar a vida, olhar em volta e descobrir pequenos elementos de felicidade.

Um dos problemas destes últimos anos, um dos motivos pelos quais perdemos algumas oportunidades, é que na América Latina, como em quase todo o mundo, tivemos uma esquerda estoica, espartana, que não se colocou a si mesma o problema do princípio do prazer entendido como dignidade para todos; uma esquerda que raciocinou quase da mesma maneira que as mensagens religiosas, que prometem o Paraíso depois da morte porque o nosso mundo é um mundo de sofrimento: deve-se sofrer hoje e só depois da revolução poderemos conquistar a felicidade. Mudar esta cultura é difícil. Deste ponto de vista, as iniciativas que reivindicam a dignidade, o bom viver, o bom governo, o ambiente, são uma minoria – ações que crescem sistematicamente mas que continuam a ser, ainda assim, minoritárias. Antes pelo contrário, o discurso deve tornar-se universal e a mensagem ressoar bem clara: a vida é breve, boa, e há um direito fundamental que é o direito à felicidade, que não se manifesta e não se deve confundir com uma espécie de direito natural a ficar rico, ou a suplantar os outros. Falamos de uma *outra* felicidade. Satisfações pequenas, mas que valem muito.

CP: Claro, nesta terra (e não no outro mundo) o direito ao prazer deve ser garantido a toda a gente, e por isso deve também ser temperado com a nossa capacidade para não exagerar, como faz o caracol. Porque o prazer no campo alimentar não é orgia, não é excesso, não é pensar em si próprio e não partilhar.

Todos nós que vimos de uma formação de esquerda, na realidade, temos no ADN os discursos sobre a partilha e sobre o limite. No entanto, enquanto uma parte da esquerda gostava de sofrer, ou melhor, fazia de conta que gostava de sofrer, muitos de nós escolheram outro modelo, porque o direito ao

prazer deve ser reivindicado. Devo dizer que quanto a isto ainda somos muito incompreendidos. Enquanto associação conseguimos trocar-lhes as voltas com a criação da Terra Madre (primeiro um encontro internacional de comunidades do alimento, organizado desde 2004 e de dois em dois anos pela Slow Food, que mais tarde se tornou uma poderosa rede mundial da comida sustentável; a consultar em www.terramadre.org) e agora vamos trocá-las novamente com a nossa experiência em África (*vide* a história sobre o projeto «Dez mil hortas em África»). A uma rede configurada como a da Terra Madre, muito livre, é preciso dar, de vez em quando, objetivos precisos. No último Congresso Internacional da Slow Food comunicámos: «O paradigma do homem, hoje, é a libertação da morte pela fome em África, porque não se pode falar de alimentação enquanto existe ainda gente a morrer à fome». «Trocar as voltas» significa fazer entender que a batalha pelo direito ao prazer é também isto, que o prazer para todos passa através destas grandes missões de civilidade. É um escândalo que atualmente ainda se padeça de fome e malnutrição no mundo.

A este propósito veio-me à ideia uma analogia entre fome e escravidão. Quando estavam a nascer os Estados Unidos da América, enquanto um país inteiro escrevia uma constituição onde se proclamavam a igualdade e o direito à felicidade, ainda existiam escravos. Para exterminar esta barbárie foram precisos dois séculos, porque a última lei sobre a escravatura morreu no século xx. E nós, em relação à fome, estamos na mesma situação. Ninguém põe em causa que exista um direito à alimentação, mas convivemos com a praga dos mortos de fome. Estão ali, a interpelar-nos. A FAO informa-nos que bastariam trinta e quatro milhares de milhões de dólares por ano para resolver o problema. Isto implicaria não comprar

alguns caças-bombardeiros. Uma bagatela para os governos do mundo! No entanto, estas pessoas continuam a morrer, no meio da apatia geral. Para tentar remediar esta situação, já não acredito muito nas intervenções externas, nas estruturas supranacionais. É preciso começar com outra coisa, trabalhar noutra direção. Nas nossas comunidades africanas não existem missionários, funcionários, coordenadores ou pessoal remunerado estrangeiro: há apenas cidadãos africanos, porque temos de pôr os africanos em condições de se resgatarem sozinhos desta vergonha. Entretanto nós, os ocidentais, uma vez que até agora em África apenas soubemos roubar através de formas de colonialismo e neocolonialismo terríveis, estamos em boa altura para começarmos a restituir-lhes alguma coisa. Temos de os ajudar, mas sem lhes explicar aquilo que eles devem fazer: devemos apenas deixá-los fazer as coisas. É em sítios como este, em África, que o direito ao prazer deve ser reivindicado! Um prazer sóbrio, justo: a possibilidade de comer bem e em quantidade suficiente, de chegar à noite sem a angústia de não ter nada para dar de comer aos filhos.

Ainda não estamos neste nível: o nível da autonomia dos povos para serem eles os protagonistas da mudança. Quando me perguntam quais são os pilares da Terra Madre, eu indico dois. Ao primeiro chamo «inteligência afetiva»: gostava muito que pudesses vir ao Salone Internazionale del Gusto e Terra Madre 2014 para veres como estes dez mil camponeses, de religiões e terras diversas, interagem entre si. Naquele contexto sente-se a inteligência, uma inteligência diferente daquela puramente racional, porque é feita de saberes antigos e também de muita humanidade, da capacidade de gostarmos uns dos outros e de saber estreitar laços em volta das próprias existências, em partilha. O segundo pilar é aquilo que descrevo como «anarquia austera»: cada um em sua casa faz o que quer. Eu,

italiano, não posso ir à América Latina sentenciar aquilo que eles devem semear. De resto, a rede, se é uma verdadeira rede, não deve ter uma estrutura hierárquica, deve deixar andar. É um discurso difícil, eu sei, mas é o único possível. Vejo que as nossas comunidades têm uma criatividade e uma capacidade de interpretar o território que nenhuma organização poderia nunca dar. Nenhuma. Acabo de regressar do Brasil. Nas favelas, a nossa gente está a construir escolas de cozinha para raparigas e rapazes –, uma dessas escolas, orientada por uma personagem especial, a cozinheira Regina Tchelly, chama-se «Favela Orgânica» –: têm pequenas hortas do tamanho deste sofá e semeiam no pátio de todas as casas para que as famílias possam sustentar-se e descobrir a cultura do cultivar em conjunto. São elas, as comunidades, que produzem a mudança! Devemos estar com elas!

Deste ponto de vista, ao ler a história da tua vida e das tuas batalhas descobri que nos une (pelo menos é isso que eu acho) um sentimento de comunidade ideal: tu foste, e és, um sincero combatente pela democracia, pelos direitos civis. Viveste em contacto com Salvador Allende, partilhaste momentos muito importantes da história latino-americana, como a revolução sandinista na Nicarágua, todos aqueles movimentos que contribuíram a vários títulos e de diversas formas para fazer do continente latino-americano hoje um dos lugares de maior esperança para o futuro. Por exemplo, começaste uma experiência com os índios, no Equador, há já mais de trinta anos...

LS: Em 1977-1978, vivi com os índios na *serranía*, a parte andina do Equador, e também noutra região, na mesma província de Cotopaxi onde também a Slow Food, creio, está presente. Era o início do meu exílio. Trabalhei com o sindicato dos camponeses para a alfabetização da zona: inspirei-me nas minhas leituras de textos de Paulo Freire e, partindo delas, inventei um

método para alfabetizar; arranjei-me sozinho, reunindo os textos, as imagens, tudo o que era necessário. Em seis meses tínhamos trinta mil pessoas que sabiam ler e escrever.

CP: Como era governado o Equador?

LS: Havia uma ditadura estranha: um general medíocre era tiranizado pela mulher e, portanto, a verdadeira ditadora era a senhora. Não se podia falar de uma repressão à séria, sobretudo porque, tendo petróleo, o Equador era um país rico. Infelizmente, ao concentrar-se no ouro negro, os outros problemas eram deixados de lado: a agricultura, a Amazônia, os camponeses... Nada disso importava, só o petróleo. De 1975 até 1983 o Equador foi o segundo produtor de petróleo da América Latina, a seguir à Venezuela, o que proporcionou uma enorme fortuna a uma classe social muito restrita. Obviamente, ninguém pagava impostos no país: os capitais migravam para as Caimão e outros paraísos fiscais.

Depois de dois anos no Equador fui para a Nicarágua. O triunfo da revolução sandinista foi em julho de 1979; em março daquele mesmo ano fora lançado um apelo premente a todos os que eram hábeis a combater para que acorressem em auxílio da revolução. Assim formámos a última brigada internacional, a Brigada Internacional Simón Bolívar: éramos um grupo de sul-americanos – argentinos, chilenos, uruguaios – com o acrescento de alguns europeus (vários italianos e dois alemães). Partimos à pressa para a Nicarágua, para ir combater. E vencemos! Por uma única vez, vencemos.

Fiquei na Nicarágua até janeiro de 1980, mas não me agradau a forma como correram as coisas. A revolução partiu com o pé errado, sem fazer nada para evitar a corrupção, que é o verdadeiro problema do poder; sem perceber que um conflito armado que durara tanto tempo precisava de uma solução

radicalmente pacífica. Apenas uma pessoa tinha compreendido isto: um comandante da revolução, de nome Edén Pastora, mais conhecido por «Comandante Zero», que tinha um plano: logo após o triunfo da revolução, a 19 de julho de 1979, fazer uma grande fogueira com todas as armas e solicitar a ajuda das Nações Unidas para defender as fronteiras da Nicarágua. Assim, em vez de se gastar trinta por cento dos recursos na defesa pátria, poderíamos dedicar-nos a trabalhar para reerguer o país. Mas quem então estava no poder nos EUA era Reagan, que lançou imediatamente a Operação Contrás; a violência continuou, e a violência gera corrupção. Os resultados são claros. O atual presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, um dos comandantes da revolução sandinista, tem agora um património pessoal de milhões de dólares e casas no estrangeiro. E assim acabou uma revolução.

CP: Por um lado Reagan, que está em cima deles, e por outro lado estes, que mudam de posição... Era caso para aprofundar esta mutação genética de um processo revolucionário.

LS: Até porque era uma bela oportunidade para um povo como o nicaraguense, que há tantos anos lutava pela sua própria liberdade. Sandino tinha começado a sua luta em 1927. O primeiro comandante da revolução foi Tomás Borge, um dos fundadores do movimento sandinista, que passou vinte anos na cadeia. Libertámo-lo em junho, um mês antes da vitória; ao fim de vinte anos naquele buraco saiu da prisão quase um inválido, praticamente um velho. Para o resto do mundo era um companheiro com uma moral indiscutível, uma figura heroica. Dois anos no poder bastaram para o transformar numa espécie de caricatura, uma besta cheia de ambições pessoais, com um grifo de ouro em casa. Esteve vinte anos na cadeia: está certo desejar um chuveiro, mas um grifo de ouro? Pastora, pelo contrário,

escolheu outro caminho. Percebeu que as coisas iam acabar mal e então foi para a fronteira da Costa Rica dedicar-se à pesca, quase na clandestinidade. Ainda ali vive; apesar da idade tem um físico de pescador, braços fortes.

CP: Um personagem que eu gostaria imenso de conhecer. Quem trabalha na terra, quem é pescador, quem sabe relacionar-se com a natureza para arranjar alimento de forma respeitosa é uma pessoa que se deve conhecer e escutar. São muitas vezes considerados os últimos, os mais humildes, mas em boa verdade podem ensinar-nos tanto, explicar-nos muito da vida. Quem sabe, uma pessoa como Pastora, as coisas que teria para nos contar... Mas ainda a propósito de política: no Chile sente-se a renovação no ar, ou não?

LS: A grande novidade são os quatro jovens do movimento estudantil que entraram no parlamento nas últimas eleições, dos quais Camila Vallejo é a mais famosa. Há uma atmosfera de renovação mas vamos ver quem resiste, até porque, como em muitos outros sítios, aumentou o abstencionismo: nas eleições de 2013 a percentagem de votantes, cinquenta por cento, foi baixíssima. Mas a história não ajuda, porque este desvio dos eleitores para a desconfiança já vem de longe.

Voltemos atrás, ao fim dos anos oitenta. No plebiscito de 1988 vence o «não» à ditadura, e no Chile começa uma grande mobilização social. É preciso recordar que, durante os dezasseis anos de ditadura, uma força política clandestina esteve sempre presente para conservar a memória de uma outra possibilidade de vida, a possibilidade democrática: um grupo militar fortíssimo que se chamava Frente Patriótica Manuel Rodríguez, gente muito jovem, quase todos expoentes da juventude comunista. Quando se chega à possibilidade de uma solução pacífica, com enorme sensatez eles deixam a luta armada e, nas

primeiras eleições em 1989, confrontam-se com a velha direita tradicional. Esta nova e poderosíssima força política é formada por diversos partidos, entre os quais o velho partido socialista, a velha democracia cristã e um pequeno partido social-democrata. Deram vida à Concertação para a Democracia com um *slogan* de grande efeito: a *alegría*, ou seja, a felicidade, já vem, um *slogan* que queria indicar o fim da noite escura e longa da ditadura. No primeiro ponto do programa está uma nova Constituição, porque um país democrático não pode funcionar com uma lei fundamental elaborada sob uma ditadura; abordam-se outros temas importantes, entre os quais a justiça social. Em suma, tudo aquilo que no Chile faltara até então.

Vem o primeiro governo: presidente democrata-cristão, mas a *alegría*, essa, não surge. Não se muda a Constituição; continua a injustiça, continua a corrupção. No segundo governo, socialista, dizemos: «agora a *alegría* já vem!»; mas a desilusão é ainda pior quando reconhecemos que, afinal, ela se afastou. Para dar um exemplo prático: teria precisado de alguma *alegría* aquela vasta faixa de funcionários públicos, professores, operadores sanitários, que hoje têm entre setenta e oitenta e cinco anos e que, pouco antes do fim da ditadura, em 1982, se estavam a aproximar da idade da reforma. Até nos momentos mais sombrios da previdência chilena existia uma caixa que assegurava a esta categoria pensões dignas. Em 1982 a ditadura decidiu retirar o dinheiro dessa caixa, ou seja, as reformas de uma quantidade enorme de gente, e jogá-lo na Bolsa. E perdeu. Não houve desculpas, nem solução, mas apenas um comunicado público: «Desculpem: o governo, pensando fazer bem, jogou na Bolsa o dinheiro das vossas pensões; que pena, correu mal.» É certo que se sabe que debaixo de uma ditadura não se pode protestar. Já tinham passado dez anos, mas o mínimo de *alegría* que se esperava do novo governo socialista era que garantisse

a esta gente que iriam receber uma compensação mínima. Pelo menos mínima. No entanto, uma geração inteira morreu sem a receber. A minha mãe foi uma dessas pessoas: tinha trabalhado uma vida inteira e, no fim, nada de reforma. Esta geração viveu os últimos anos da sua vida na pobreza, mantidos pela solidariedade social.

Também com o terceiro governo, mais uma vez democrata-cristão, a *alegría* não veio. E pior ainda com a última esperança, Michelle Bachelet, durante cujo primeiro mandato, de 2006 a 2010, o sentimento de engano aumentou. Por um lado, entende-se que uma Constituição elaborada sob uma ditadura não ajuda a mudar as coisas; mas, por outro lado, faltou a vontade política para as mudar realmente, faltou a coragem. No entanto, Michelle Bachelet terminou o seu governo em 2010 com mais de oitenta por cento de consenso popular, uma percentagem histórica; não pôde recandidatar-se logo porque a lei impõe deixar passar ao menos um mandato entre uma candidatura e a seguinte, e então foi eleito Sebastián Piñera.

O seu governo foi um governo de direita, sem nenhuma *alegría*, mas conseguiu levar a bom porto determinadas ações que nenhum governo de esquerda ousou empreender.

Vejamos alguns exemplos. Uma das queixas do povo era: por que motivo estes militares, condenados como assassinos, que violaram os direitos humanos, torturaram e fizeram desaparecer pessoas, estão agora numa prisão de luxo de cinco estrelas? Era uma boa pergunta. Piñera responde: muito bem, têm razão. Vamos fechar estas prisões de luxo e mandamos essa gente para uma cadeia normal, juntamente com os delinquentes. Um dos militares mais importantes não conseguiu aguentar e suicidou-se. Mais outro exemplo: este governo de direita tomou uma decisão que nenhum governo de esquerda teve vontade política de tomar, ao perguntar-se porque é que dez por

cento dos lucros de toda a exportação de cobre, o ponto forte da economia chilena, ia para o exército. Retirou esse valor àquele organismo, limitando simultaneamente o poder dos militares, que antes eram quase um Estado dentro do Estado. E Piñera fá-lo com uma certa desenvoltura maliciosa, chamando o ministro da tutela e dando-lhe esta ordem, difícil de digerir, sem consultar o Parlamento. Um terceiro exemplo provém de outra grande queixa do povo: porque é que a justiça, o poder judiciário, não faz um *mea culpa*, porque é que não admitem que foram cúmplices da ditadura, que fecharam os olhos sobre tudo aquilo que acontecia no país? E Piñera obriga-os a desculparem-se. Em suma: no último mês no poder, o governo de direita de Piñera acabou por se revelar o melhor governo de esquerda do Chile.

No fim de 2013, com a nova vitória de Michelle Bachelet, o poder voltou para os socialistas, e acabámos por esquecer a *alegría*.

CP: O único que está fora dos esquemas é Pepe Mujica, o presidente do Uruguai, que não os aceita de todo.

LS: Mujica é um homem de uma craveira completamente diferente, conheço-o há muito tempo. Há cerca de oito anos encontrava-me em Montevideo e fui visitar o mercado, que é o orgulho da cidade e, em particular, de um grande amigo meu, Mario Delgado Aparáin, assessor da Cultura na Câmara de Montevideo, que trabalhou duramente para a requalificação daquela área. Chama-se Mercado da Abundância, e fora o mercado tradicional da cidade. Recuperaram-no de uma forma extraordinária: a parte subterrânea, que era geralmente usada para o lixo, foi reconvertida num espaço de exposição e venda permanente de artesanato uruguaio, enquanto a parte destinada à venda de fruta, legumes e outros

géneros alimentares é constituída por *stands* móveis, completamente rodeados de *parrillas*, grelhas sobre as quais se cozinha a carne. À hora de almoço afastam-se as bancas de venda de comida; assim desimpedida, a parte central enche-se de mesas e o mercado transforma-se num enorme restaurante popular. Depois do almoço voltam a funcionar as bancas de venda; mais tarde, ao jantar, reconverte-se novamente num grande restaurante popular. Aos sábados e domingos à noite, uma vez arrumadas as bancas de comida, chega a orquestra, e o mercado transforma-se numa *tanguería*, uma enorme sala de baile para dançar o tango, ou então num espaço cultural com apresentações de livros, conferências...

Durante a minha estadia em Montevideo, eu e o Mario estávamos então a almoçar neste restaurante popular e apercebi-me de que um dos homens que cozinhavam nas *parrillas* me observava.

«Aquele que está ali a grelhar carne está a olhar para mim», disse ao Mario. «Acho que o conheço.»

«Claro, deve ser alguém que sabe quem tu és», respondeu.

«Não, não, eu conheço-o mesmo, só não sei de onde».

Entretanto o homem larga a *parrilla* e vem cumprimentar-me, dando-me um abraço: «Sepúlveda, como estás; lembraste de mim?»

«Da cara sim, mas não me recordo do nome.»

«Sou o Pepe Mujica!»

Tinha-o conhecido em 1969, na primeira reunião da Junta de Coordenação Revolucionária do Cone Sul, na Argentina!

CP: E estava ali a trabalhar na *parrilla*? Mas se ele estava no Parlamento...

LS: Tinha assento no Parlamento mas trabalhava ali, no mercado, a grelhar carne. Não recebia dinheiro pelo seu serviço

político: trabalhava três ou quatro horas na *parrilla* e depois ia para o Parlamento. Ainda agora devolve aos pobres quase todo o seu salário; não tem escolta, basta-lhe a casa e aquilo de que precisa para comer. No primeiro dia como presidente do Uruguai foi para o palácio do governo com o seu automóvel de sempre, um «carocha» dos anos setenta, acompanhado pelo cão, que só tem três patas. Chegou e tentou estacionar o carro em frente ao palácio. Veio logo um polícia ter com ele: «Vai-te embora, aqui é proibido estacionar.»

E Mujica: «Mas eu trabalho aqui.»

«Olha, deixo-te ficar cinco minutos», propôs o polícia, simpático.

«Sinto muito, mas tenho medo que isto se arraste.»

«De quanto tempo precisas?»

«Bem, o mandato presidencial dura quatro anos...»

CP: Pois o teu amigo Pepe Mujica, personagem extraordinário, é uma das demonstrações vivas de que se hoje a América Latina é aquilo que é, e revela ao mundo esperanças, ideais, futuro, vontade de viver, é mérito desta geração, das pessoas como tu. Nascemos no mesmo ano, tu e eu, e por vezes penso que talvez a nossa geração seja uma que soube conciliar a política e a poesia, o ativismo e a literatura. Em poucos autores esta síntese se manifesta de uma forma tão extraordinária como acontece contigo; em geral, como eu digo sempre aos meus alunos da Universidade, «pobre daquele país que não tem poetas». Os poetas veem mais longe do que nós. Respeitar a poesia, respeitar quem tem essa sensibilidade é um dever de todos. Muitas vezes os representantes dos grandes poderes declaram com arrogância: «Pois sim, mas vocês, com as vossas ideias, são uns utópicos, são sonhadores, são poetas», quase como se ser-se poeta fosse um sinal de falta de consistência.